NOTÍCIA

5 janeiro 2025
DCIPT

Envelope financeiro de 400 mil euros aprovado pela Assembleia Municipal

Apoio às freguesias rondou os dois milhões de euros em 2024

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a atribuição mais de 400 mil euros às freguesias, montante que se destina a intervenções diversas, em complemento ao que consta nos contratos interadministrativos celebrados em 2024 com a Câmara Municipal.
Foi na última reunião ordinária do órgão deliberativo da autarquia que foi conhecido o total das transferências financeiras para as juntas no último ano, designadamente 1.825.900 milhões de euros para beneficiações e apetrechamento de escolas, pavilhões, largos e passeios, espaços verdes, mas também para dinamização de atividades de índole cultural ou desportivo. Por outro lado, considerando o valor das isenções de taxas concedidas pela Câmara Municipal e o custo dos materiais cedidos para a recuperação de caminhos vicinais, as freguesias foram beneficiárias de um apoio estimado em cerca de dois milhões de euros.
“A delegação de competências locais com as 14 freguesias e uniões de freguesia do concelho são fundamentais para acautelar respostas de maior proximidade às comunidades locais, e é nessa perspetiva que a o Município lhes faculta os recursos financeiros indispensáveis para isso, a par da cedência de materiais e algum apoio logístico em certos domínios”, afirma a presidente da Câmara Municipal, Helena Teodósio.
O Município de Cantanhede tem vindo a fazer “um investimento considerável no âmbito de parcerias ativas que têm dado excelentes resultados no reforço da coesão territorial do concelho”. “As juntas de freguesia estão mais próximas das populações, estão melhor colocadas para diagnosticar as necessidades e agilizar respostas, e é por reconhecer isso mesmo que a Câmara Municipal lhes tem facultado o indispensável suporte financeiro, material e logístico”, adianta a autarca.
A par destes apoios, a Câmara Municipal tem em curso um vasto programa de investimentos um

pouco por todo o concelho, como a reabilitação de vias de acesso, requalificação de unidades de saúde e estabelecimentos de ensino, mas também de um conjunto de imóveis e espaços públicos, para usufruto das comunidades locais.